

Google Livros

O projeto Google Books, de momento, teve de adiar o lançamento da sua grande loja e repositório de livros eletrónicos. Teve, assim, de renegociar os termos do acordo com escritores e editores, pois um juiz de Nova Iorque considerou-o ilegal.

A Google começou, em 2004, a digitalização de livros no conhecido Google Library Project. Na sua página – books.google.com/googlebooks/partners.html – encontram-se as Bibliotecas aderentes. Segundo dados da “Business Week”, tem mais de 20 milhões de obras digitalizadas e, em princípio, prontas para vender na sua grande loja *online*, mas o processo tem abrandado. A Google estimava, em 2010, que haveria 130 milhões de livros únicos no mundo e declarou que pretendia digitalizar todos eles até ao final da década.

Mas, em 2011, o juiz Denny Chin, do distrito de Nova Iorque, deitou por terra todos aqueles planos ao recusar o acordo que tinham alcançado a Google, a associação de editores e o grémio de escritores dos Estados Unidos. O juiz anulou o pacto, embora não fechasse a porta a uma reformulação do seu conteúdo e a uma aprovação após outra negociação.

Afirmava o juiz Chin que “enquanto a digitalização de livros e a criação de uma biblioteca universal poderia ser benéfica para muitos, tal acordo (ASA – Amended Settlement Agreement), simplesmente foi demasiado longe”.

Com efeito, a Google pretende catalogar os milhões de livros digitalizados de diversas bibliotecas, como as de algumas universidades do mundo inteiro, por exemplo, o projeto de digitalização da Biblioteca Complutense (em Espanha) – www.ucm.es/BUCM/biblioteca/11979.php – e colocá-los à disposição do público através de descarregamento, impressão ou consulta na rede. A chave da recusa do juiz, que teria ocorrido igualmente na Europa, é que os direitos de reprodução da maioria desses livros continuam a pertencer a autores e editores, e são eles que não só devem autorizar a digitalização expressamente, como receber os direitos correspondentes.

A Google quer tornar possível essa biblioteca, o que é louvável, mas começou a catalogação pelo final, pois não contou, de início, com os direitos de todas as partes envolvidas.

É verdade que o mesmo acontece quando as editoras retiram do catálogo livros ou os autores ou proprietários de livros os vendem no mercado de segunda mão; de certo modo estão a dispor do direito do autor sobre a obra e não recebem direito de participação sobre tais vendas. Daí que o juiz nova-iorquino tenha considerado excessiva a tentativa da Google de arrancar de imediato com todo o seu catálogo.

O juiz dizia estar persuadido de que as partes atuam de boa fé procurando um modo de criar um mercado efetivo de livros digitais, mas adverte para vários problemas na abordagem atual. O acordo entre as editoras, o sindicato de autores e a Google dá a esta última um “poder muito superior e vantagem sobre os seus concorrentes”, pois já têm as obras em formato digital e prontas para ser copiadas e distribuídas em qualquer ponto do globo.

O acordo teve, portanto, de regressar à mesa de negociações. O caso começou em 2008, quando cinco editoras processaram a Google. Após um acordo prejudicial promovido num tribunal de Nova Iorque, deu-se a conhecer a autores do mundo inteiro a possibilidade de se juntarem ao procedimento e “autorizarem”, com isso, o uso dos seus livros em formato digital.

Em fevereiro de 2010, o Departamento de Justiça do Governo dos EUA considerou esse acordo, apesar das alterações introduzidas, um pacto monopolístico inaceitável para a aquisição dos direitos de exploração das obras digitalizadas pela Google.

Como é lógico, também a concorrência da Google no setor do *e-book*, como a Amazon, a Yahoo e a Microsoft se opuseram radicalmente à tentativa.

Este litígio nos Estados Unidos não é o único caso de receio levantado pela Google. Acordos a nível mundial, como o que tem com universidades para digitalizar os fundos, despertaram também ressentimentos entre autores, editoras e entidades de gestão.

Por exemplo, em Espanha, a situação é de imobilismo total. O CEDRO – a entidade que gere as licenças de reprografia, digitalização, etc. dos autores e obras editadas em Espanha – revelou as suas preocupações. Mas entre autores e escritores não existe muito eco destas preocupações. O assunto tem maior transcendência do que as *webs* ilegais de descarregamentos de cinema e a polémica sobre a “lei Sinde”

(lei espanhola com regulamentação sobre as descargas na net). Nenhum autor, que se saiba, recebeu uma notificação direta da Google ou da sua editora.

Apesar do contratempo que implicou a decisão do juiz Chin, os editores mantiveram o seu compromisso de continuar a investir e favorecer o acesso *online* aos seus conteúdos. A sua ideia passou a ser a obtenção de outro acordo com a Google que pudesse ser legal, negociando também com o Sindicato de Autores e outros interessados.

“O nosso princípio é que o conteúdo sujeito a *copyright* não pode ser difundido sem licença do seu proprietário”, dizia Sargent, CEO da Macmillan, ao conhecer a sentença.

Na versão do acordo que foi submetido ao juiz, dava-se por adquirido que os donos dos direitos das obras concediam a sua licença de reprodução, desde que não manifestassem vontade em contrário. Já o juiz propõe que o projeto não afete ninguém que não haja dado previamente o seu consentimento.

Em 4 de outubro de 2012, a Google e a Associação dos editores americanos (AAP) anunciaram um acordo amigável que vai permitir o acesso a livros e jornais submetidos aos direitos de autor e digitalizados pela Google para o seu projeto de biblioteca. Este acordo não precisa do aval da justiça para ser operativo, permitindo solucionar, através de um acordo comercial, o processo que opunha o grupo norte-americano aos editores McGraw-Hill, Pearson Education, Penguin, John Wiley & Sons e Simon & Schuster.

Os grandes traços do acordo são os seguintes: os editores são livres de pedir a retirada dos seus títulos digitalizados pela Google (livros, jornais, revistas), mas podem também continuar a colaborar com aquela: receberão então uma cópia digital para seu próprio uso e difusão, em troca de poder ver o título nos Books, até 20% do conteúdo, e de um local de compra no Google Play.

Tom Allen (Presidente e CEO da AAP) declarou depois deste anúncio que «isso mostra que os serviços digitais podem propor meios inovadores de descoberta dos conteúdos respeitando os detentores de direitos. David Drummond (Vice-Presidente da Google) declarou-se feliz por acabar com o litígio para se concentrar em acrescentar conteúdos à loja Google Play. Note-se que algumas cláusulas do acordo permaneceram confidenciais: os aspetos financeiros, nomeadamente uma eventual indemnização dos editores pela Google) não foram revelados. O assunto das obras órfãs digitalizadas pela Google mas sem direitos identificados permanece, pelo contrário, por resolver.

A ideia da Google é extraordinária e, além disso, necessária, mas tem de contar com os autores e restantes titulares de direitos.

L.C. y A.

Células estaminais

A utilização das células estaminais na medicina regenerativa é um campo muito promissor, mas ainda cheio de incógnitas. Os cientistas discutem sobre se será melhor utilizar células estaminais embrionárias – obtidas de embriões que são destruídos –, células estaminais adultas – presentes em tecidos do corpo do doente –, células estaminais adultas reprogramadas, células do cordão umbilical... O debate será decidido nos laboratórios. Mas, do ponto de vista da opinião pública, chama a atenção o diferente tratamento informativo que recebem as células estaminais embrionárias e as adultas.

Quando se trata de possíveis avanços terapêuticos que se obteriam a partir de células estaminais embrionárias, nos títulos da imprensa menciona-se o adjetivo “embrionárias”. Por exemplo, em 2010, foi notícia: “Primeiro ensaio mundial com células embrionárias em seres humanos. As autoridades sanitárias dos EUA dão luz verde a sete hospitais para recuperar com esta técnica paralisados recentes” (“El País”, 13.9.2010). Seria mais exato dizer “tentar recuperar”, mas já se sabe que os títulos jornalísticos exigem concisão. Poucos dias depois, a notícia continuava a desenvolver -se: “Os EUA tratam o primeiro paciente com células estaminais embrionárias” (12.10.2010). Um sumário destacava: “As ações da Geron, fabricante da terapia, sobem na Bolsa”.

Nos textos destas notícias costuma afirmar-se que estas células estaminais embrionárias são “a grande esperança” contra males como a doença de Parkinson, a doença de Alzheimer, a diabetes, as lesões da medula... Na ciência tem de se ser paciente. Por agora, tudo são promessas, esperanças, futuro promissor, luz verde para um ensaio... mas ainda não há nenhuma realidade.

Pois bem, sim, há uma realidade: a empresa farmacêutica norte-americana Geron, líder no setor e que financiava esse primeiro ensaio clínico aprovado pelo governo sobre células estaminais embrionárias com paralisados, anunciou um ano decorrido que suspendia a sua investigação. O laboratório, atento à rentabilidade dos seus investimentos, não deve achar este campo tão promissor como parecia. Mas, a notícia, essa não mereceu tanta atenção como obteve, um ano antes, a do começo do ensaio.

Foi algo pouco visto na imprensa e a explicação tem a ver com o facto da notícia ter saído “escondida” nas páginas de “Business” dos diários que a publicaram (“New York Times”, “Wall Street Journal”, “Washington Post”). A verdade é que a Geron, a empresa líder em experiências com células estaminais embrionárias, anunciou que abandonava a experiência. Não o faz por motivos éticos (essa investigação implica a “produção” e destruição de embriões humanos), mas por motivos económicos. Dizem que, com a crise, se tem de escolher e que as suas investigações sobre o cancro são mais rentáveis a curto prazo.

O surpreendente foi ter anunciado a retirada quando estava em pleno ensaio clínico, aprovado em 2009, uma vez que a

administração Obama suprimiu os obstáculos colocados a este tipo de investigações pelo governo de Bush. Uma retirada tão repentina levantou uma certa suspeita sobre se as verdadeiras causas não serão outras. Mas, neste ponto, a imprensa esqueceu o seu papel investigador e não sabemos mais nada.

Depois de ter falado insistentemente durante anos sobre as propriedades quase mágicas dos tratamentos que viriam de imediato como fruto das investigações com células estaminais embrionárias, e depois de ter rotulado, de “travão à ciência”, cada vez que o Papa se referia aos problemas éticos desta investigação... talvez não seja correto sair de cena desta forma, pela porta das traseiras. A imprensa não se pode conformar em reproduzir o comunicado de imprensa da empresa quando há tantas perguntas por fazer: Serão maus os resultados? Não há investidores? Tem algo a ver com o facto da Europa ter proibido as patentes obtidas com células estaminais embrionárias?

Não é a única instituição que recuou neste campo das células estaminais. Também o Instituto de Medicina Regenerativa da Califórnia decidiu em 2010, após cinco anos de investigações mal sucedidas com células estaminais embrionárias, concentrar-se nas células estaminais adultas.

E a verdade é que as células estaminais adultas começam a dar resultados, embora também elas tenham pela frente um longo caminho. O Instituto Karolinska de Estocolmo fez o transplante de uma traqueia, criada a partir de células estaminais da medula óssea do paciente. Foi a primeira vez que se criou fora do corpo humano algo que a seguir lhe foi implantado. Tem a vantagem de que, pelo facto de serem células tomadas do próprio paciente, não haver risco de rejeição. Cinco meses depois do transplante, o doente passou a fazer vida normal.

No jornal “El País” (24.11.2011) afirmou-se: “Transplantado com sucesso o primeiro órgão com células estaminais”. Se não se indagar muito mais, pode pensar -se que se trata dessas células estaminais embrionárias sempre com muitas possibilidades. Mas no texto da notícia fica claro que se trata de células estaminais tomadas da medula óssea do próprio doente.

Com estes jogos de títulos nos meios de comunicação, as células estaminais embrionárias podem beneficiar, consoante os casos, do seu carácter de promessas ou do brilho que um bom resultado das adultas dá ao conjunto de células estaminais.

É curioso que a notícia da Geron tenha sido anunciada dias depois de se ter realizado em Roma um congresso sobre células estaminais adultas (sem problemas éticos), fruto do mecenato científico da Santa Sé, onde foi revelado estarem em andamento 3.500 ensaios clínicos de terapias obtidas com este tipo de células, contra apenas alguns poucos das que são embrionárias. Daí não ser estranho que as células estaminais adultas estarem a dar mais resultados.

A verdade é que a opção pelas células estaminais adultas e a recusa, por motivos éticos, da utilização de células estaminais embrionárias, foi apresentada muitas vezes como um obstáculo obscurantista ao progresso. “Setores conservadores pressionam contra a utilização de células estaminais embrionárias”, “travão por objeções religiosas”... Com uma abordagem utilitarista, o recurso às células estaminais embrionárias poderia alegar que, apesar das objeções éticas, graças a elas se obtiveram avanços que nenhum dos outros tipos de células estaminais conseguiram. Mas parece que, até ao momento, aconteceu justamente o contrário.

Neste caso, as objeções éticas apontam na mesma direção que os avanços científicos.

Num artigo que teve a sua publicação em “MercatorNet” (24.11.2011), Michael Cook recordava que a investigação com células estaminais embrionárias foi vendida ao público como o grande recurso para procurar terapias com doenças incuráveis, como as atrás referidas neste artigo, o que justificaria mudar os padrões éticos sobre os embriões humanos. Cook interroga-se se as revistas científicas como “Nature”, “Science” ou “The New England Journal of Medicine” reconhecerão agora o seu erro.

“Aceprensa” e I. A.

Num Mundo Melhor

Haevnen

Realizador: Susanne Bier

Atores: Mikael Persbrandt; Trine Dyrholm

Música: Johan Soderqvist

Duração: 119 min.

Ano: 2010

Um filme dinamarquês vencedor do Óscar de melhor filme estrangeiro em 2011. É um retrato de uma situação verosímil e que ganhou um grande impacto com o posterior massacre cometido por Anders Breivik na Noruega. Esta obra ilustra de modo realista como pode um jovem focar-se e marcar como objetivos a vingança.

Duas famílias diferentes defrontam conflitos familiares internos. Os filhos sofrem esses problemas de modo particular, refletindo na escola e em casa comportamentos “inadequados” e incompreensíveis pelos adultos. Os pais são profissionalmente bem sucedidos, mas com pouco tempo e espaço para a comunicação com as crianças...

Os filhos rapazes de ambas as famílias conhecem-se na escola. Ao sofrerem injustiças às mãos de outro colega, unem-se e desforram-se também de uma forma cruel. A cumplicidade entre os dois cresce. Encontram apoio um no outro, um apoio que não sentem por parte da família. Ao presenciarem outra situação violenta, decidem vingar-se. Um deles tenta ainda aconselhar-se antes com o pai, mas este não se mostra disponível. Resolvem então fabricar bombas pesquisando na Internet. Vão fazer justiça pelas próprias mãos. Dedicam-se ao projeto sem perder tempo nem se dispersarem com nenhum tipo de diversão. Sentem que é um dever e executam-no passo a passo. A tragédia espreita...

No final, o resultado será apesar de tudo esperançoso. As famílias unem-se nas adversidades e isso só é possível também pelos atos concretos que são dados!

Tópicos de análise:

A disciplina permite executar com precisão cada passo até ao objetivo final.

Quem sabe o que quer, sabe obter o necessário.

3. A procura de uma solução concreta torna mais eficaz a análise dos dados.

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

